



CARTA DA EUROPA

de Francisco Lucas Pires, MPE

PE: EUROPA MODERADA MAS FORTE

O desemprego no interior da União e a guerra na Jugoslávia no exterior, provocaram a decepção dos cidadãos mas incitaram também à rápida revisão do Tratado de Maastricht.

Felizmente a Alemanha, embalada pelo crescimento superior ao previsto e que na área da ex-DDR chegará este ano ao 7 % e a França, esperançada pelo fim da era Mitterrand e a entrada em cena de Jacques Chirac, estão de novo dispostas a mudar e fazer andar para a frente - como o provou o encontro de 18 deste mês em Estrasburgo entre o Chanceler Kohl e o novo Presidente francês, no que foi, aliás, o primeiro acto de política externa do segundo destes estadistas.

Ao mesmo tempo, a Comissão publica previsões encorajadoras de crescimento (cerca de 3 %) e de moderada reabsorção do desemprego (de 10,8 para 9,5 %) no próximo ano, embora assinala que a distância ainda existente para os critérios de convergência, de que depende a moeda única, continua a ser demasiada para a maioria.

Na mesma semana, o PE aprovou uma proposta de revisão do Tratado, no sentido de uma Europa moderada mas forte. O documento consagra a vitória da coesão económica e social e do princípio de igualdade dos Estados, assim como a introdução do turismo e da energia como novas políticas comunitárias, aspectos sobre os quais eu próprio apresentara emendas vitoriosas ao texto da Comissão Institucional antes da chegada ao plenário.

Defende a maior integração da política externa comum e da cooperação judicial e policial, de modo a tornar possível uma Europa mais forte, mas também o alargamento dos poderes do PE e dos direitos dos cidadãos europeus que são a condição de uma Europa mais democrática e transparente. Apela a uma UEM socialmente mais equilibrada e politicamente mais controlada e a um Orçamento comunitário mais integrado e mais justo - inteiramente de acordo com as ideias que eu também propusera enquanto relator da Comissão Institucional para a revisão do quadro financeiro da União.

Com esta proposta de resolução sobre a GIG-96, o PE mostra que deixou há muito de ser uma academia utópica e quer vir a tornar-se, com o Conselho enquanto órgão representativo dos Estados-Membros, no suporte da legislação e do governo da União. Mas revelou sobretudo que o PE se reafirma como o melhor garante de uma Europa mais coesa e de Estados e cidadãos iguais entre si, nos seus direitos e obrigações.

A bola está agora na mão dos Estados. Mas o trabalho já feito pelo PE mostra que é possível que a GIG-96 acabe melhor do que acabou Maastricht.

Francisco Lucas Pires

CARTA DA EUROPA

informações e comentários sobre a actualidade europeia.

Grupo do Partido Popular Europeu. Parlamento Europeu. Rue Belliard, 93 - B-1047 Bruxelas.

Coordenação: Miguel Seabra.

Colaboração permanente: Martin Kamp.

AS CAMPANHAS ELEITORAIS DE 1995 : O CREPUSCULO DA POLÍTICA-ESPECTÁCULO ?

A campanha eleitoral para as eleições presidenciais francesas configura uma nova atitude por parte dos especialistas de comunicação política. Mais directa, menos espectacular, muito mais séria.

A conjugação do estabelecimento dum limite legal razoável de despesas eleitorais e duma atitude correcta dos meios de informação no tratamento das comunicações partidárias deram a estas eleições um clima de discussão aberta, embora apaixonada, que aproveitou a todos e, sobretudo, à imagem dos candidatos (independentemente dos resultados).

As democracias dos países do sul da Europa estão muito longe de ter a servi-las o modelo de comunicação política - eleitoral ou não - de que necessitariam para obter um grau de comunicação suficiente entre os eleitores e os seus representantes para que se sintam identificados e esclarecidos nas opções que julgam melhores para a gestão da coisa pública. Muito do mal estar nas relações entre os eleitores e os seus representantes, da distância excessiva entre a actividade dos políticos e as aspirações dos cidadãos, tem a ver com a perversão dos sistemas de comunicação política.

Nesta campanha eleitoral francesa os candidatos nem foram os mais brilhantes. Os socialistas teriam preferido ter a representá-los Jacques Delors e no campo liberal há uma nova geração de políticos com outro folego e grande futuro. Mesmo assim, a discussão foi séria e sobretudo esclarecedora, porque centrada sobre as questões que estão realmente na mente de todos os eleitores e permitiu perceber a diferença de atitude, ideias e soluções concretas que cada um dos candidatos apresentava.

Os actores essenciais foram as equipas políticas dos candidatos e os jornalistas políticos quer da televisão e da rádio, quer dos jornais. A campanha publicitária ocupou o seu lugar, desempenhou um papel de acompanhamento e de motivação, sem entrar no disparate, discriminador, da abundância e da agressão. As sondagens foram remetidas à sua função que é a de informar os agentes eleitorais sobre as tendências da opinião e não a de determinar avançadamente o resultado ou de influenciar o voto (e só surpreenderam ou "enganaram" quem as não sabe ler ou com elas quiz enganar os outros).

Uma campanha equilibrada, em que a televisão centrou as atenções mas não esmagou nem os protagonistas, nem as ideias e programas nem os outros meios de comunicação, traduziu-se numa votação concludente e numa pacificação das forças concorrentes sem que os apoiantes do vencedor se tivessem de privar da manifestação dum entusiasmo transbordante, à boa maneira da exuberância latina.

Seria bom que as campanhas eleitorais que se preparam em Portugal pudessem colher os bons ensinamentos desta campanha francesa. Bastaria que os partidos aceitassem centrar o debate da campanha sobre os problemas que os portugueses indentificam como prioritários. A nossa Comissão Nacional de Eleições poderia rejuvenescer-se e assumir o papel de fiscalização activa da neutralidade e correcção dos agentes estatais de informação e de administração eleitoral para que está vocacionada. Os profissionais da informação sendo os observadores atentos das afirmações e promessas dos candidatos, registando-as e transmitindo-as com fidelidade, confirmando o que têm de verdadeiro e sublinhando-as a vermelho apenas quando, mas sempre que, faltarem à verdade.

CONVITE A :



António José Gomes de Pinho

Jurista.

Secretário de Estado da Cultura (1981-1982).

Antigo Presidente do Grupo Parlamentar do CDS e
Vice-Presidente do Partido.

Presidente do Conselho de Administração da Portgás -
empresa distribuidora de gás natural no Norte.

Administrador da Fundação de Serralves.

É preciso não perder o rumo !

Num momento em que, um pouco por toda a parte, se levantam dúvidas e críticas ao processo de construção da União Europeia, parece avisado não confundir as naturais dificuldades de percurso, com objecções quanto aos objectivos fundamentais desse processo.

A emergência, nos diferentes países, de movimentos nacionalistas radicais, profundamente anti-europeus, num período de crise económica e social, torna relativamente fácil e tentador a atribuição da responsabilidade pelas dificuldades actuais aos passos mais recentes, dados no sentido da União.

Na generalidade dos casos, os argumentos não são sérios e não resistem a uma análise objectiva, nem é clara a existência de qualquer alternativa coerente e viável. Mas, há que reconhecer, são fáceis de formular e de fazer passar na opinião pública. Em Portugal, assiste-se mesmo, a um efeito de poluição do discurso político dos partidos democráticos maioritários por alguns desses argumentos e, em consequência, a recuos significativos que podem pôr em causa o «amplo consenso nacional» que tem existido nesta matéria, e a vontade clara no sentido de se prosseguir, em conjunto com os países mais determinados, o aprofundamento do processo de integração, que tem constituído uma das prioridades políticas fundamentais de Cavaco Silva.

De um eurooptimismo irresponsável, incapaz de sublinhar as dificuldades inerentes a um tal processo e a necessidade de alguns sacrifícios colectivos para o levar a bom termo, tende a passar-se para um pessimismo exagerado que pode conduzir por razões eleitoralistas e de desculpabilização, a uma verdadeira mudança de rumo.

Será bom para o futuro do País, que as principais forças políticas resistam à tentação fácil de confundir, deliberadamente, as causas da crise com as consequências do desenvolvimento da União. Não é, porque há uma Política Agrícola Comum, que a agricultura portuguesa está em crise, e por isso, combater a PAC nada adianta para resolver as questões estruturais dos agricultores portugueses, que em qualquer caso terão que carregar com os condicionamentos impostos pelo clima, pela estrutura fundiária, pela pobreza da terra, pelos atrasos acumulados e pelas sequelas da revolução e sempre terão que se adaptar à concorrência e especializar nas áreas onde possamos ter algumas vantagens relativas.

Como não é ficando fora da Moeda Única, que vamos defender o nosso tecido produtivo. Numa Europa de segunda, ou terceira, onde o risco de investimento é maior e por isso os juros mais elevados, não haverá investimento atractivo, nem projectos mobilizadores para os estratos mais qualificados da população, e daí um cada vez menor ritmo de desenvolvimento.

A opção é pois, do meu ponto de vista, clara: ou assumir que, com alguns sacrifícios da geração presente, é possível acompanhar os países da frente e participar plenamente na União - o que implica um poder político forte e dotado das necessárias condições políticas; ou perder o rumo, e entrar num caminho de hesitações e recuos, de cedências corporativas, de segundas escolhas e descolar do pelotão da frente. Mas neste caso, é evidente que, quando à frente vão os melhores e os prémios são aliciantes, os atrasados vão ficando cada vez mais para trás. Não me admiraria então, que, embalados pelo discurso patriótico e nacionalista ou por pura demagogia eleitoral, se estivesse a desperdiçar a oportunidade única que a União Europeia nos abre, em troca de uma qualquer Europa dos países periféricos, pobres, mas orgulhosamente sós !

António Gomes de Pinho

INTERVENÇÃO PARLAMENTAR



FLASH

Intervenção do Deputado Francisco LUCAS PIRES no debate sobre o relatório BOURLANGES/ MARTIN em Estrasburgo, 16 de Maio de 1995

Napoleão dizia que uma lei fundamental devia ser o mais obscuro possível para tornar o domínio mais fácil. O trabalho da Comissão Institucional não lhe fez a vontade.

No seu conjunto o relatório é mesmo surpreendentemente coerente, positivo e claro, na direcção de um avanço moderado mas forte da União Europeia, sobretudo tendo em conta que se tinha pela frente o maior labirinto negocial de sempre e se tinha de passá-lo com 700 emendas às costas.

Parabéns pois aos relatores. Nem sequer Bourlanges tem motivos para estar decepcionado. Embora o democratismo de Rousseau tenha que ser lido com reservas, já ele ensinara que a razão da maioria pode ajudar-nos a melhor perceber a nossa própria.

Mas a minha decepção embora limitada a alguns pontos também existe.

É o caso da ponderação de votos ao Conselho com base na população. Seria um avanço perigoso. Tornaria supérfluo o PE, ele sim representante das populações, Agravaria o intergovernamentalismo e o peso dos maiores Estados nesse intergovernamentalismo,

Tornaria a discussão no Conselho inútil devido à desproporção de pesos e medidas que aí criaria,

Poria em causa o princípio da igualdade dos Estados através de uma lógica diferente das soluções do Senado americano ou do Bundesrat alemão.

Também não me parece haver necessidade de alterar o sistema de rotatividade das presidências semestrais do Conselho.

Não é ele o responsável nem pela Jugoslávia, nem pelo desemprego.

E é dele também o mérito de uma Europa de iguais, sem hegemonias.

Não têm razão os que acham que a Europa só pode avançar desunida - com geometria variável e várias velocidades. Não, a Europa avançará tanto mais quanto mais coesa for do ponto de vista institucional, económico e social, embora no respeito da diversidade cultural e política dos Estados e Nações. É sobretudo por garantir esta ideia fundamental que eu votarei favoravelmente este relatório.

Francisco Lucas Pires

DE FRANCISCO LUCAS PIRES

PARLEMENT EUROPEEN

FICHE DE DEPOT D'UNE QUESTION PARLEMENTAIRE⁽¹⁾

Destinataire : CONSEIL
 COMMISSION

QUESTION ORALE	QUESTION ECRITES
Question orale (art. 40) <input checked="" type="checkbox"/>	Question écrites <input type="checkbox"/>
Heure des Questions (art. 41) <input checked="" type="checkbox"/>	Question écrite prioritaire (art. 42.5) <input type="checkbox"/>

AUTEUR(S) : Francisco Lucas Pires, K. H. + Florenz

OBJET: Gewässerschutz in Spanien und Portugal
(à préciser)

TEXTE⁽²⁾ :


O Plano Hidrológico Espanhol foi elaborado sem consulta a Portugal apesar de três das principais vias fluviais da Península - Rios Douro, Tejo e Guadiana - desagüarem e fazerem grande parte do seu percurso neste país. Aquele plano leva a uma diminuição dos caudais dos referidos rios em território português e noutras zonas da península, pondo em causa o direito internacional dos rios e os normas comunitárias do ambiente.

pergunta-se :

1. Analisou a Comissão o impacto ambiental do referido Plano ou tem conhecimento de algum estudo nesse sentido?
2. Que pensa fazer para favorecer o acordo dos Estados interessados e obviar à consumação daquele Plano na sua forma actual?

Signature(s) :
(voir aussi au verso)

Date :

 20. 4. 85.

⁽¹⁾ A compléter à la machine à écrire et à adresser à la Division du Statut du Député, bâtiment Schuman, bureau 254 - Luxembourg

⁽²⁾ Limitation : 10 lignes pour "Heure des questions" (art. 40) et questions écrites (art. 42 et 42.5) - Décision du Bureau Elargi des 25 et 26 février 1986.

CONCURSO DE TEXTOS ROBERT SCHUMAN

O Grupo do Partido Popular Europeu lança um concurso de textos sobre temas europeus dirigido aos jovens dos países da União de dezasseis a dezoito anos.

O tema para o concurso deste ano é : «A Europa que conheço hoje. A Europa em que quero viver amanhã». Os textos, redigidos em qualquer uma das línguas de trabalho da União, não deverão ultrapassar 2500 palavras (cerca de cinco a seis páginas dactilografadas em papel de tamanho A4).

Serão premiados dez trabalhos. O primeiro prémio é uma bolsa de estudos de oito semanas num país membro, uma viagem a Estrasburgo ou a Bruxelas para visitar o Parlamento Europeu durante uma sessão plenária e um troféu comemorativo. O Grupo do PPE editará, em todas as línguas de trabalho da UE, o melhor texto apresentado por cada país.

QUEM PODE PARTICIPAR?

O concurso é aberto a todas as pessoas que em 31.12.95 tenham entre 16 e 18 anos e sejam cidadãos de um dos Estados-membros da União Europeia: Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia, Reino Unido.

O ENSAIO

O título da composição para o ano inaugural do concurso é:

"A Europa que conheço hoje. A Europa em que quero viver amanhã."

Os textos podem ter um máximo de 2.500 palavras (5-6 páginas A4) e devem ser **dactilografados**. Podem ser redigidos em qualquer uma das línguas de trabalho da UE: alemão, dinamarquês, espanhol, finlandês, francês, grego, holandês, inglês, italiano, português ou sueco.

PRAZO PARA A ENTREGA DOS TEXTOS

Os textos devem ser enviados pelo correio, de forma a chegarem até ao dia 31.12.95, para o seguinte endereço:

Grupo do PPE, Serviço de Imprensa
Concurso de Textos Robert Schuman
Parlamento Europeu
Rue Belliard 97-113
B - 1047 Bruxelles

Não se esqueça de juntar ao texto enviado o seu nome e endereço, bem como o nome e endereço do seu estabelecimento de ensino. Os trabalhos enviados não serão devolvidos.

O JÚRI

Os textos concorrentes serão avaliados por um júri de alto nível composto por destacadas personalidades europeias.

OS PRÉMIOS

O primeiro classificado receberá:

- uma bolsa de estudos cobrindo todas as despesas, para frequência de um curso de estudos ou de língua com a duração máxima de 8 semanas num dos Estados-membros da UE;
- uma viagem a Estrasburgo ou Bruxelas, para visitar o Parlamento Europeu durante uma das suas sessões plenárias;
- um prémio comemorativo especial.

O segundo e o terceiro classificados receberão, cada um:

- uma bolsa de estudos cobrindo todas as despesas, para frequência de um curso de estudos ou de língua com a duração máxima de 4 semanas num dos Estados-membros da UE;
- uma viagem a Estrasburgo ou Bruxelas, para visitar o Parlamento Europeu durante uma das suas sessões plenárias.

Os sete classificados a seguir receberão, cada um:

- uma viagem a Estrasburgo ou Bruxelas, para visitar o Parlamento Europeu durante uma das suas sessões plenárias.

Além dos prémios acima referidos, o melhor trabalho concorrente de cada um dos 15 Estados-membros da União Europeia será publicado em todas as línguas oficiais da UE.

A CERIMÓNIA DE ENTREGA DOS PRÉMIOS

A cerimónia de entrega dos prémios realizar-se-á no Parlamento Europeu, no dia 9 de Maio de 1996.

Programa de Acção de Prevenção da Toxicodependência

Em 1994, a Comissão Europeia apresentou uma Comunicação relativa a um plano de acção europeia em matéria de luta contra a droga. Além disso, apresentou uma proposta de decisão que estabelece um programa de acção comunitária no âmbito da prevenção da toxicodependência no quadro da acção no domínio da saúde pública (1995-2000). Nos termos do artigo 129º do Tratado CE, a decisão relativa a um programa de acção será aprovada conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Encontramo-nos de momento na fase de primeira leitura, pelo Parlamento Europeu, do programa de acção (relator: Deputado Giovanni Burtone, doc. A4-0084/95).

Nos termos do artigo 129º do Tratado CE, a Comunidade incentivará a cooperação entre os Estados-membros, contribuindo deste modo para assegurar um elevado nível de protecção da saúde pública. A toxicodependência constitui a única patologia grave expressamente citada no artigo 129º do Tratado CE.

O programa de acção deverá aprofundar o trabalho já efectuado e constituir um auspicioso programa de luta contra a toxicodependência no contexto global da saúde pública. O programa deveria, no entender da Comissão, abranger os seguintes domínios:

- uso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- abuso de álcool e produtos farmacêuticos;
- desvio do uso de substâncias ou produtos químicos para fins de toxicodependência.

Já em 1992 foram tratadas, no âmbito do relatório relativo à redução da procura de droga na Comunidade Europeia (SEC 92/725), as tendências actualmente observadas:

- aumento da mortalidade e da morbilidade devidas ao consumo de droga;
- aumento do número de pedidos de tratamento;
- aumento do número de primeiras experiências com droga;
- percentagem elevada de toxicodependentes entre os presos;
- aumento do número de casos de SIDA ligados ao consumo de droga;
- aumento da inquietude face aos riscos de infecção pelo HIV, tanto dos consumidores de droga, como das famílias e outros grupos de pessoas.

Em 8 de Fevereiro de 1993, o Conselho adoptou o Regulamento que institui um Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, cuja sede é em Lisboa. Esta instituição deve contemplar prioritariamente a questão da procura e da redução da procura.

O Parlamento Europeu desempenhou um importante papel no contexto do problema da toxicodependência a nível europeu, uma vez que aprovou, desde 1980, várias resoluções, tendo criado, em 1985, uma Comissão de Inquérito ao Problema da Droga nos Estados-membros da Comunidade. Inicialmente, as estratégias adoptadas visavam predominantemente a limitação da oferta e a proibição do tráfico de droga. As próprias medidas de redução da procura de droga baseiam-se essencialmente em princípios de ordem penal, apesar do que a importação de drogas ilegais aumentou. Os toxicodependentes e respectivas famílias encontram-se cada vez mais sujeitos à contracção de doenças contagiosas como a hepatite e a SIDA (consumo de droga por via intravenosa). Assim, a redução da procura é, entretanto, cada vez mais encarada no quadro global de luta contra o consumo de droga.

No âmbito do relatório do Parlamento Europeu, constata-se com desencanto que na nossa sociedade moderna de lazer se desenvolveu uma certa tolerância face ao consumo de droga entre os jovens e, em particular, face ao chamado consumo de droga com carácter recreativo. A despeito do considerável volume de meios utilizados, aumentam incessantemente a disseminação e o consumo de drogas na União Europeia. Por outro lado, também se não afigura realista partir do princípio de que o problema da droga pode ser plenamente resolvido, pelo que se impõe uma abordagem pragmática. A política a prosseguir deve ter em vista reduzir o problema da droga mantendo-o sob controle, sem que tal implique a aceitação da livre disseminação e do livre consumo de droga.

Importante se afigura constatar que os toxicodependentes são, em primeira instância, pessoas atingidas por um problema de saúde, ou seja, doentes. A política em matéria de droga deve assentar numa dupla estratégia, simultaneamente orientada para a prevenção e o tratamento da toxicodependência e para a penalização da produção de droga. Uma abordagem humana, tolerante e pragmática, como a estratégia de *harm-reduction*,

constitui uma base para a solução do problema. A penalização deve concentrar-se no tráfico de droga em grande escala e no crime organizado. Na perspectiva da conferência a realizar em 1996 sobre a revisão do Tratado de Maastricht, o Parlamento reivindica que, dado o seu carácter transnacional, se confira ao combate à droga uma dimensão comunitária.

Em virtude do carácter plurifacetado do fenómeno da droga, afigura-se necessária uma abordagem multidisciplinar e integrada. Em primeiro lugar, deverá providenciar-se no sentido de uma limitação do ónus que representa para a sociedade. Além disso, relativamente a cada um dos consumidores, deverá ser praticada uma política de limitação dos riscos. A concretização destes objectivos implica que um tal programa de acção seja integrado numa política de limitação dos riscos e de luta contra a exclusão social. Imprescindíveis se revelam medidas preventivas destinadas a grupos-alvo específicos, em especial os jovens. A metadona é cada vez mais utilizada como substituto da heroína. Não obstante, as consequências do tratamento por recurso a produtos de substituição devem ser objecto de um estudo mais aprofundado.

A toxicod dependência não constitui mero problema de saúde, terapêutico, de reabilitação e jurídico, mas, sim, uma questão do domínio da educação e da antropologia, questão esta intimamente associada ao desenvolvimento da personalidade humana, que é, por seu turno, consideravelmente influenciada pelo meio familiar, social e escolar do indivíduo. Assim sendo, o Parlamento reivindica o reforço da política comunitária a favor da família. Os conhecimentos adquiridos com base em cada um dos programas terapêuticos destinados aos toxicod dependentes demonstraram até que ponto é importante integrar a família no processo de desenvolvimento e reintegração.

M.K.

HELMUT KOHL EM REUNIÃO COM O GRUPO PPE

Em Estrasburgo, horas antes do seu primeiro encontro com o novo Presidente da República francesa, o Chanceler da Alemanha teve uma reunião de trabalho com os Deputados europeus do Grupo PPE.

Helmut Kohl sublinhou a importância da preparação, pelos democratas-cristãos e forças políticas que lhes são próximas, de propostas que permitam o sucesso político da Conferência intergovernamental.

O Chanceler Kohl lembrou que sempre se tem batido pelo reforço do peso do Parlamento Europeu nas instituições comunitárias, na convicção de que o conjunto das forças democrata-cristãs e seus aliados, reunidos no Grupo PPE, seja representado por 30 a 40% do eleitorado em todos os Estados membros.

PARLIAMENTARY HUMAN RIGHTS FOUNDATION

Francisco Lucas Pires foi convidado pela Presidência da Fundação Parlamentar dos Direitos Humanos a integrar a rede desta instituição. Reunindo deputados e congressistas que se batem pelo respeito dos direitos humanos em todo o Mundo, a fundação foi criada em 1985 no Congresso americano.

Uma rede de comunicação electrónica (IPN) permite a troca de informação rápida entre parlamentares de todos os continentes em situações de luta pelo respeito de direitos humanos. A Fundação dispõe duma base de dados permanentemente actualizada sobre a situação dos direitos humanos e particularmente sobre os territórios em que se verificam violações graves.

Agenda

- * No dia 12 de Maio - intervenção, em Sintra, num colóquio das Jornadas do Observatório de Imprensa sobre "Interesse Nacional e Liberdade da Imprensa".
- * No dia 20 e 21 de Maio - participação como convidado nas jornadas Parlamentares do PSD, no Europarque em St. Maria da Feira.
- * No dia 25 de Maio - Colóquio em Bragança no Centro Paulo Quintela sobre Igualdade de Oportunidades Homens-Mulheres.
- * Dia 9 de Junho - Apresentação de um livro do representante português na Comissão dos Direitos do Homem, o Procurador-Geral Adjunto, Dr. Irineu Barreto, sobre a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
- * Dia 12 de Junho - Conferência no Congresso dos Médicos (Hospital Da. Maria Pia) sobre Responsabilidade dos Médicos no contexto europeu.